



XUKURU-KARIRI: MIGRAÇÕES E REDES DE TRABALHO PARA O SUDESTE DO PAÍS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

XUKURU-KARIRI: MIGRATIONS AND WORK FOR THE SOUTHEAST OF THE COUNTRY IN THE SECOND HALF OF THE TWENTIETH CENTURY

Adauto Santos da Rocha*

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

<https://orcid.org/0000-0002-9458-5972>
adautorocha49@gmail.com



www.revistafenix.pro.br

Edson Hely Silva**

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

<https://orcid.org/0000-0002-6213-9927>
edson.edsilva@hotmail.com

RESUMO: Neste artigo, discutimos a atuação do então Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em Palmeira dos Índios, Alagoas, com o reconhecimento étnico do povo indígena Xukuru-Kariri e posterior transferência das atividades para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), após 1967. A partir de memórias indígenas e registros históricos escritos, tratamos de migrações Xukuru-Kariri entre o Sudeste e as aldeias, movidos por distintos interesses, como epidemias e falta de terras, resultando em mobilizações pela efetivação de direitos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas; Xukuru-Kariri; migrações; trabalho; retorno.

ABSTRACT: In this article discusses the performance of the then Indian Protection Service (SPI) in Palmeira dos Índios, Alagoas, with the ethnic recognition of the Xukuru-Kariri indigenous people and subsequent transfer of activities to the National Indian Foundation (FUNAI), after

* Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

** Professor Titular de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Leciona no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da UFPE e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

1967. From indigenous memories and written historical records, it deals with Xukuru-Kariri migrations between the Southeast and the villages, driven by different interests, such as epidemics and lack of land, resulting in mobilizations for the realization of fundamental rights.

KEYWORDS: Xukuru-Kariri; indians; migrations; job; return.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No início da década de 1990, foi publicada a coletânea “História dos índios no Brasil”, organizada pela antropóloga Manuela Carneira da Cunha (USP), também com uma importante contribuição do historiador John Manuel Monteiro (1992), ao escrever um texto sobre os Guarani no Sul do Brasil durante o período colonial, desconstruindo cristalizações analíticas e propondo novas formas de interpretação sobre os indígenas na História do Brasil. Em 1994, o citado autor publicou o livro "Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo", que se tornou um clássico ao realizar uma nova interpretação da história, evidenciando a importância significativa do trabalho indígena para a construção de São Paulo colonial. Essa publicação, além de ser um grande marco para historiografia colonial, inspirou os estudos sobre indígenas em novas abordagens, como uma referência obrigatória para repensá-los nos processos históricos em nosso país.

Posteriormente, John Monteiro, ao considerar as diferentes formas de inserção e dinâmicas indígenas nos processos de transformações sociais no Brasil, escreveu: “importa recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam” (MONTEIRO, 1999, p. 248).

Alguns anos depois, o mencionado pesquisador defendeu uma Tese de Livre Docência no Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O texto, com profundas reflexões históricas e novas propostas de análises sobre as populações indígenas no Brasil, foi um dos pontos de partida para o que o autor denominou como “Nova história indígena no Brasil” (MONTEIRO, 2001), perspectiva analítica que influenciou pesquisadores/as a evidenciar os indígenas como protagonistas nos processos históricos, considerando os deslocamentos para conflitos armados envolvendo o Brasil e nações fronteiriças, a formação de reservas de mão de obra, dentre outras atuações.

Portanto, neste artigo, buscamos fazer reflexões históricas a partir da chamada “Nova história indígena”, considerando as demandas históricas do povo Xukuru-Kariri,

habitante em Palmeira dos Índios, Semiárido/Agreste alagoano, fazendo uma análise mais aprofundada sobre as formas de trabalho e os processos históricos que provocaram as migrações de indígenas para outras regiões. As reflexões sobre essa situação, ocorrida por todo o Nordeste após as invasões aos territórios dos antigos aldeamentos, funcionam como chave interpretativa para compreendermos a legitimidade na reivindicação dos Xukuru-Kariri pela instalação de um Posto Indígena do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em meados do século XX, a transferência das atividades para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), após 1967, e os sucessivos pedidos de reconhecimento étnico pelo Estado.

Para tanto, fundamentamos a escrita do artigo recorrendo a um amparo documental diversificado. Do ponto de vista material, utilizamos fontes produzidas pelo Posto Indígena Irineu dos Santos - cuja instituição será discutida em outras partes do texto - e documentos elaborados pela FUNAI. A primeira documentação citada foi consultada nos arquivos do Museu do Índio, sediado no Rio de Janeiro. A segunda, pertence ao acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL)¹, sediado no Campus III da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), em Palmeira dos Índios. “Avisos”, memorandos, telegramas, ofícios e relatórios compõem a parte principal das pesquisas documentais.

Entretanto, em busca de “dar voz aos/as silenciados/as” e considerando a quantidade de documentos produzidos em desfavor dos/as indígenas, decidimos realizar pesquisas nas Aldeias Mata da Cafurna, Fazenda Canto e Boqueirão, estabelecendo contatos como os entrevistados por intermédio do GPHIAL, recorrendo, para tanto, à metodologia da história oral semi-estruturada². Dessa forma, utilizamos roteiros previamente construídos para orientar as entrevistas, deixando os interlocutores livres para a exposição das experiências de trabalho, moradia e convivências nos grandes centros urbanos no Sudeste.

A partir das sugestões de indígenas mais velhos e experientes sobre os mundos do trabalho para além das aldeias, fomos criando uma rede de contatos com outros Xukuru-Kariri migrantes que pudessem colaborar com as pesquisas. Os fragmentos das entrevistas

¹ Coordenado pelo professor Dr. José Adelson Lopes Peixoto, o GPHIAL conta com um considerável acervo documental sobre Palmeira dos Índios, incluindo documentos diversos relativos aos diferentes grupos indígenas em Alagoas. Além do mais, dispõe de uma biblioteca digital específica sobre povos indígenas, originada de teses de doutorado, dissertações de mestrado e outras produções de membros e colaboradores. Para mais informações, ver: <https://www.gphial-uneal.com.br/>

² Para uma melhor compreensão sobre a utilização de entrevistas em pesquisas históricas, ver: (ALBERTI, 2004).

apresentados no decorrer do artigo, resultam de contatos iniciados em 2015 e frequentes estadas nos territórios indígenas nos últimos anos. No entanto, diante das limitações do tempo e da sistemática acadêmica, não conseguimos entrevistar todos os indígenas que trabalharam no Sudeste ou mesmo sistematizar a totalidade das entrevistas ao longo do período abordado no texto. Outrossim, como vários interlocutores continuavam se deslocando para a citada região, esperávamos retornarem durante as férias ou após as rescisões trabalhistas para entrarmos em contato e realizarmos as entrevistas.

Após apresentarmos as propostas de pesquisa e informarmos sobre os possíveis riscos e benefícios dela decorrentes, fomos formalmente autorizados a utilizar os nomes dos entrevistados e todas as narrativas coletadas ao longo do período citado em outras partes do texto. As horas de relatos gravados resultaram em dezenas de páginas transcritas, evidenciando as distintas percepções sobre a categoria trabalho e os anseios dos indígenas em reestabelecerem os territórios esbulhados arbitrariamente entre os séculos XIX e XX, contextos históricos que serão tratados a seguir.

FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS MIGRAÇÕES XUKURU-KARIRI

Ao longo do século XX, muitos grupos indígenas buscaram legitimidade sobre as terras de antigos aldeamentos que haviam sido “extintos” por força da Lei de Terras de 1850, cuja legislação previa a incorporação de áreas em “desuso” ao erário público, tornando-as “terras devolutas”, posteriormente, arbitrariamente negociadas com políticos poderosos e oligarcas. Em Alagoas, a “Extinção dos Aldeamentos” aconteceu na esfera jurídica por força de um Decreto do então Presidente da Província, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, em 1872 (SILVA JÚNIOR, 2013). Longos anos de invisibilidade étnica se passaram, até que o Estado brasileiro, no início da primeira República, instituiu formas legais de reconhecimento às especificidades dos povos indígenas que haviam resistido aos reiterados ataques de grileiros e autoridades públicas.

A criação do então Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1910, posteriormente transformado apenas em Serviço de Proteção aos Índios (SPI), acendeu uma chama de esperança para grupos que transitavam na subalternidade étnica e política de genocídio historicamente levada a efeito contra os povos indígenas (PERES, 1999). No contexto alagoano, as atuações do referido órgão indigenista contribuíram para o reconhecimento do povo Kariri-Xokó, em Porto Real do Colégio, em 1944, consolidado com a instalação do Posto Indígena Padre Alfredo Dâmaso (SANTANA, 2015).

Longe de ser um processo unilateral, o chamado reconhecimento étnico envolvia diversos atores e grupos sociais. No caso dos Kariri-Xocó, o então Monsenhor Alfredo Dâmaso, religioso capelão que mantinha relações com representantes do Estado, intermediou o contato entre os indígenas e o órgão estatal, posteriormente sendo homenageado com o seu nome usado para denominar o posto indígena conquistado (FERREIRA, 2020).

Alguns anos após a legítima formação de um aldeamento Kariri-Xocó, O então Cacique Alfredo Celestino, liderança do povo Xukuru-Kariri, escreveu uma carta para o já citado religioso, pedindo que intermediasse um contato com os dirigentes do SPI para que houvesse uma assistência oficial em Palmeira dos Índios, com a finalidade de aldear indígenas que, nas palavras do cacique, viviam “bolando de rio abaixo que só pedra de enxurrada” (ANTUNES, 1973, p. 76). Pouco tempo depois, o órgão remeteu um ofício favorável à súplica e determinou a aquisição de uma área pertencente a Manoel Sampaio Luz, conhecido como Juca Sampaio, então Prefeito do município.

As negociações ocorreram no primeiro semestre de 1952. Posteriormente, o povo Xukuru-Kariri passou a habitar na Aldeia Fazenda Canto, tendo como sede representativa do poder estatal o Posto Indígena Irineu dos Santos, administrativamente subordinado à 4ª Inspeção Regional do SPI (IR-4), localizada no Recife, em Pernambuco. O cenário social envolto do processo de negociação não transparecia a falta de honestidade entre os poderes municipal e federal. No caso do repasse territorial, foram adquiridos 346 hectares e somente 276 foram efetivamente entregues aos aldeados que passaram a conviver em uma área improdutiva e fronteira às fazendas de opositores políticos do Juca Sampaio (ROCHA, 2020b).

Os boletins, relatórios e memorandos produzidos pelo posto e remetidos a autoridades no Recife e no Rio de Janeiro dão conta de que os primeiros anos de estada na Aldeia Fazenda Canto foram desafiadores. A difícil convivência com vizinhos latifundiários e a possibilidade de o gado invadir as pequenas roças perturbava a convivência dos indígenas com a localidade, sem considerar a infertilidade do solo que havia sido explorado durante anos pelas plantações de capim e disseminação de ervas nocivas. A construção de um posto que atendesse aos anseios dos aldeados tornara-se um desafio para os Xukuru-Kariri, diante de tantas adversidades e desvantagens propagadas pela falta de assistência equalizada pelo Estado.

Embora houvesse expectativa em viver a partir da agricultura, os problemas estruturais vivenciados na localidade afetavam diretamente o pleno desenvolvimento de

práticas agricultáveis. As reiteradas faltas de ferramentas agrícolas e sementes para plantio, aliadas a insuficiência de chuvas, disseminação de doenças contagiosas e má qualidade da água potável disponível na região, forçavam os indígenas a trabalharem para fazendeiros por salários irrisórios e em péssimas condições. Em quadros mais graves e avolumados, grupos de indígenas obstinados a viverem com mais segurança alimentícia, ultrapassavam as fronteiras de Palmeira dos Índios e migravam para outras regiões em busca de melhores condições de vida, trabalho e moradia.

A questão sanitária também preocupava os Xukuru-Kariri. A formação da Aldeia Fazenda Canto acentuou a disseminação de doenças e conseqüente padecimento de indígenas em decorrência de enfermidades. Em 1953, por exemplo, um surto de varíola atingiu boa parte dos aldeados. Em comunicação oficial, o Posto Irineu dos Santos informou a IR-4 sobre a gravidade da epidemia para o contexto local e pediu providências imediatas, a fim de evitar o alastramento da doença. Para controlar a disseminação, os dirigentes do posto solicitaram o envio de vacinas ao setor responsável: “este mês surgiu entre os Xucurus uma epidemia de varíola. Não houve óbito. Os índios que não foram atacados serão vacinados, tão logo cheguem as vacinas do departamento de educação e saúde do Estado”³. Um mês após o pedido foram vacinados 42 indígenas portadores da referida patologia.⁴

Dois anos após os primeiros casos, contaminações por varíola voltaram a ocorrer e os dirigentes do Posto Irineu dos Santos solicitaram medidas emergenciais a IR-4 para frear o contágio e evitar mortandades de indígenas Xukuru-Kariri. Semanas se passaram e o órgão indigenista não respondera aos primeiros comunicados, exigindo do inspetor a feita de nova solicitação de imunizantes, comunicação não respondida pelos responsáveis médicos da IR-4⁵. Após verificar toda a documentação referente ao posto e disponível no Museu do Índio, não encontramos dados de vacinação dos contaminados nem, tampouco, relativos à contenção epidemiológica na aldeia.

Não bastassem os surtos de varíola que acometiam muitos indígenas e os colocava para fora dos mundos do trabalho ou, até mesmo, nas listas dos obituários, era comum a

³ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc. Caixa 169, planilha 01, fotograma 16.

⁴ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio, Rio de Janeiro/Sedoc. Cx. 169, plan. 01, fotog. 18.

⁵ Telegrama de Mário da Silva Furtado para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 10 e 17 de outubro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio, Rio de Janeiro/Sedoc. Cx. 169, plan. 02, fotog. 56-57.

propagação de outras patologias infectocontagiosas. Em paralelo aos casos de acometimento pela já citada doença, um telegrama de Mário da Silva Furtado, então Chefe do Posto Irineu dos Santos, remetido à Raimundo Dantas Carneiro, responsável pela IR-4, informou sobre o alastramento de uma “epidemia de gripe acompanhada de febre” que acometeu vários indígenas, fazendo com que o posto usasse partes dos recursos destinados a outros usos para emergencialmente adquirir medicamentos⁶ e conter a letalidade da doença, agravada pelos quadros de desnutrição e insuficiência vitamínica verificados, em maior quantidade, entre crianças e adolescentes (ROCHA, 2020b).

A falta de comprometimento do Estado com as condições sanitárias dos indígenas era notória e transparecia a política negacionista e de completo desamparo no cumprimento das determinações do órgão indigenista que fora criado após mobilizações de diversos grupos. A terra, maior conquista dos indígenas Xukuru-Kariri após a “Extinção dos aldeamentos” em 1872, continuava sendo invadida por fazendeiros e pecuaristas de Palmeira dos Índios, causando um clima de tensão social.

Não foi por acaso que Mário da Silva Furtado denunciou à IR-4 arrendamentos de terras que estavam ocorrendo na Aldeia Fazenda Canto⁷, inclusive, com a conivência de servidores efetivos e aprendizes do SPI (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 124). Embora estejamos nos remetendo a estrutura funcional em épocas do SPI, sabemos que as acomodações habitacionais e falta de qualidade hídrica transpassou a atuação do referido órgão e permaneceram em descaso mesmo após 1967, com a transferência das responsabilidades pela FUNAI. Um relatório feito a pedido do órgão indigenista constatou que a água potável usada pelos indígenas durante a segunda metade do século XX estava “sempre contaminada”, com “grande incidência de verminoses, principalmente entre as crianças”⁸.

Voltando a citar a terra como fator determinante entre as tomadas de decisões dos Xukuru-Kariri, supomos que, com o adoecimento do solo, aparição de patologias e contaminação da água potável, não restava outra escolha para a sobrevivência dos aldeados, a não ser a submissão aos trabalhos exaustivos em fazendas da região ou a migrarem para regiões com oferta de trabalhos. Em 1979, um movimento organizado entre os aldeados

⁶ Telegrama de Mário da Silva Furtado para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 07 de fevereiro de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc. Cx. 169, plan. 02, fotograf. 52.

⁷ Telegrama de Mário da Silva Furtado para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 20 de março de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc. Cx. 169, pan. 06, fotograf. 305.

⁸ Memorial descritivo e mapa de delimitação Xukuru-Kariri (3ª SUEP). Recife, 14/08/1988, p. 101. Disponível no acervo do GPFIAL.

fortaleceu o processo de retomada de uma área que lhes pertencia e fora absolvida pelo poder municipal com amparo da Lei de Terras de 1850.⁹

Após árduo processo de disputas com o então Prefeito, Enéas Simplício, os indígenas saíram vitoriosos e retomaram uma área florestal densa, preservada e considerada sagrada, denominada de Aldeia Mata da Cafurna. Ter a área legalmente assegurada garantiu aos indígenas um espaço para realização de cultos religiosos e posterior movimento de habitação para grupos que saíram da Aldeia Fazenda Canto, em 1985. Longe de resolver os problemas citados em outras partes do texto, o crescimento demográfico indígena e a necessidade de manter a área preservada para pleno culto aos “Encantados” exigiu sobressaltos nos números de indígenas que migravam para atividades de trabalho (ROCHA, 2020b).

Existiam dois eixos principais que determinavam a saída de homens e mulheres indígenas para os mundos do trabalho além da Aldeia Fazenda Canto. Um que direcionava grande parte da mão de obra disponível para a Zona da Mata alagoana, com a oferta de trabalhos braçais na lavoura canavieira, tema discutido por (ROCHA, 2020a), e outro que ampliava as possibilidades de atuação e os deslocamentos, alimentando os mundos do trabalho no Sudeste do país. Nas partes posteriores do texto, iremos aprofundar as discussões sobre as distintas experiências indígenas Xukuru-Kariri no “Sul maravilha”, considerando as construções imaginárias dos migrantes antes das partidas, as vivências nos grandes centros urbanos e os processos de retornos aos locais de origem.

LABUTAS NO SUDESTE: OFICINAS, FÁBRICAS E DISTRIBUIDORAS

A conjuntura social que envolvia os Xukuru-Kariri, embora tivesse aspectos peculiares, representava um movimento maior de ingerência das terras indígenas pelo Estado nacional, desse modo, migrar para atividades industriais e fabris passou a ser uma necessidade cada vez maior e, no Nordeste, outros povos também enveredaram por esses caminhos. Os antropólogos João Pacheco de Oliveira (1996) e Cláudia Mura (2013) registraram a presença de indígenas Potiguara, aldeados em Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, na Paraíba e dos Pankararu, com aldeias em Brejo dos Padres, Pernambuco, que se deslocaram em períodos análogos aos dos Xukuru-Kariri, movidos por interesses

⁹ Sobre o processo de retomada territorial da Aldeia Mata da Cafurna, outros pesquisadores fizeram estudos mais aprofundados, apontando as causas históricas do ocorrido. Nesse caso, ver: PEIXOTO, 2013; MARTINS, 1994.

parecidos e, sobretudo, pela possibilidade de receberem modestos salários nos centros urbanos.

No imaginário indígena, o recebimento de salários, atrelado à dignas condições de trabalho, buscadas por grande parte dos entrevistados Xuluru-Kariri, significava o exercício da cidadania, a frequência em lugares reservados para quem detivesse poder aquisitivo e a possibilidade de sobreviver com estabilidade funcional. Era a partir desse imaginário que se formavam redes de trabalho envolvendo amigos, parentes e intermediários que cumpriam o papel de levar os migrantes de Palmeira dos Índios para os destinos trabalhistas no Sudeste. Em muitos casos, as “redes” também eram compartilhadas com outros povos indígenas, a exemplo do envolvimento entre os Xukuru-Kariri e os já citados Pankararu, povo que conta com uma grande quantidade de parentes habitando na Favela do Real Parque, no bairro do Morumbi, na Zona Sul de São Paulo.

Foi através de uma dessas alianças sociais e familiares que o indígena Fábio Mascena, conhecido entre os Xukuru-Kariri da Aldeia Mata da Cafurna como “Cabeção”, migrou para a zona metropolitana de São Paulo. Inserido nos mundos do trabalho após adquirir experiência na agricultura, Mascena atuou como profissional da construção civil durante vários anos, tendo trabalhado em diversos municípios alagoanos, tais como: Penedo, Cacimbinhas e União dos Palmares. Também foi um dos integrantes da equipe que reformou o Campus I da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Maceió, obra classificada pelo entrevistado como tendo sido de grande magnitude. Após alguns deslocamentos no Nordeste, o indígena “Cabeção” foi convidado a trabalhar em uma oficina automobilística na Zona Sul paulista:

Eu fui à São Paulo, passei 6 meses lá com a promessa de trabalhar assim, com um cara que trabalhou com meu pai, mecânico, e ele gostava muito do meu pai e ia me ensinar a profissão de mecânico, só que quando eu cheguei lá o cara tinha ido para outra aldeia dos Guarani, aí, o cara lá entrou nessa e me deixou pra lá, com 6 meses eu retornei¹⁰.

A promessa de um trabalho “profissionalizado” que poderia render experiência para exercê-lo quando retornasse à aldeia fez com que Cabeção permanecesse em São Paulo por um longo período de incertezas. Durante a estada na cidade grande, foi acolhido na residência de uma tia. Após perder as esperanças em ter um emprego com o pagamento de salários fixos e direitos trabalhistas, o entrevistado afirmou que as péssimas

¹⁰ Fábio Mascena da Silva, conhecido por Cabeção, 38 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 16/01/2019.

experiências no deslocamento para a favela do Real Parque, em ônibus clandestinos, foram agravantes suficientes para não retornar ao Sudeste:

De São Paulo não posso nem falar tanto, até porque, a convivência foi pouca, porque eu não trabalhei, não tinha dinheiro no meu bolso, fui num ônibus clandestino e voltei em outro clandestino mais ainda, cheio de caboclo, tudo bebendo cachaça, de lá de São Paulo até na Bahia, chegou na Bahia o ônibus quebrou. Pra São Paulo? Eu quero é distância! São Paulo e Rio de Janeiro é dois lugares que pra mim eu condenei, eu posso viajar para Minas, Santa Catarina, eu tenho vontade de sair de novo porque aqui você tem um biquinho que só dá pra você se manter, aí você quer comprar um móvel, aqui não tem como, aí você tem que sair para estados vizinhos pra poder conseguir alguma coisa.

Considerando os relatos de Mascena sobre a colaboração da tia com um teto para a permanência em São Paulo, evidenciamos, ao longo das pesquisas com outros entrevistados, que o acolhimento de parentes e amigos nas regiões de destino tornou-se prática corriqueira, já que muitos/as migrantes sequer possuíam recursos financeiros para custear os deslocamentos em transportes dignos, muito menos estadias ou aluguéis antes de receberem os primeiros salários.

Tida como porta de entrada para os mundos do trabalho entre os Xukuru-Kariri, a agricultura tornou-se prática comum entre indígenas que viajavam e retornavam de atividades migratórias até o surgimento de novas oportunidades de trabalho no Sudeste. Apesar dos inúmeros pedidos de colaboração do Estado enviados como “planos de trabalho” para o Ministério da Agricultura, a fim de impedir a “opressão”, “espoliação” e “miséria” dos indígenas migrantes¹¹ para a zona metropolitana em São Paulo, o desordenado crescimento urbano/industrial¹² e a concentração fundiária no Nordeste¹³ foram pontos decisivos em viagens para trabalho, pois,

O crescimento da indústria, juntamente com outros fatores ligados à transformação na agricultura, tais como, a concentração fundiária, a expansão da pecuária e da monocultura e a modernização, impulsionadas pela expansão do capitalismo no campo, têm provocado a crescente expulsão do homem do campo (FERREIRA, 1995, p. 28).

¹¹ Plano de trabalho elaborado pelo Chefe da Inspetoria Regional 4, Mário da Silva Furtado. Palmeira dos Índios, 13 de setembro de 1966. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Disponível no acervo do GPFIAL.

¹² “Nas cidades, o padrão de sistema social é determinado predominantemente pelo sistema industrial que forma a base de sua existência e pelas leis que o governo sanciona para regulamentar a vida dos habitantes das cidades [...] as cidades têm se desenvolvido com base na produção industrial” (MITCHELL, 2010, p. 429).

¹³ **Memorial descritivo e mapa de delimitação Xukuru-Kariri (3ª SUER)**. Recife, 14/08/1988, p. 61. Disponível no acervo do GPFIAL.

Assim como outros/as pesquisadores/as, Ferreira (1995) argumentou que, em paralelo ao processo de modernização dos trabalhos no campo, em fins da década de 1980, a expansão industrial e demanda por mão de obra motivou a inserção de muitos migrantes nordestinos para indústrias, fábricas e distribuidoras em São Paulo e no Rio de Janeiro. Também frequentador das roças durante a infância e adolescência, o indígena Dilson Celestino (“Seu” Dilson) vislumbrou a agricultura como uma possibilidade de romper o famigerado destino de muitos conterrâneos e parentes que saíam das aldeias Xukuru-Kariri na fase adulta.

Durante a infância, migrou da atual Aldeia Cafurna de Baixo para a Aldeia Serra do Capela, e, em seguida, para a Aldeia Fazenda Canto, onde cultivava uma pequena horta e vendia partes da produção na feira livre em Palmeira dos Índios. Posteriormente, realizou um curso de Técnico Agrícola na então Escola Técnica Federal de Alagoas (ETFAL), Campus Satuba, instituição que foi sucedida pelo prestigiado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL). Após a finalização da qualificação profissional, o entrevistado ficou desempregado, condição que o levou a ser convidado por uma irmã a migrar para São Miguel Paulista¹⁴, Zona Leste de São Paulo:



Eu nasci dentro da Aldeia e trabalhava na roça ajudando o meu pai. Nasci na Cafurna e fui morar no Capela, então, minha vida de criança a adolescente, adulto, foi na Fazenda Canto. Trabalhava, ajudava meu pai na roça, a gente trabalhava na roça e cuidava da horta também, que era naquela baixa ali, abaixo da casa de farinha, a horta da gente era ali. Então, a minha mãe e meu pai sobrevivia de uma horta pequenininha que a gente fazia para vender verduras na cidade. Mas, eu estudava, eu saía da Fazenda Canto era cinco e meia da manhã, pela linha do trem, para vir estudar no Colégio Pio XII, que hoje é ali na “Manuel Gomes”. Fiz o primário na Fazenda Canto, vim fazer o ginásio na cidade, concluí, ingressei o segundo grau no curso de técnicas comerciais, essas coisas e tal. No segundo ano parei, fiz o concurso para o curso lá em Satuba, fui aprovado e concluí lá, entrei em 83 e sai em 85, concluí o curso técnico lá, quando eu concluí, vim embora e passei um tempo desempregado. Eu tinha uma irmã, eu estava solteiro e fui embora para São Paulo, ela disse: “venha para cá! Aqui você trabalha, vou arrumar um trabalho para você”¹⁵.

Sem trabalho e experiência profissional, “Seu” Dilson Celestino começou a construir redes de relações para inserir-se como operário na produção industrial em São

¹⁴ Em meados do século XX, São Miguel Paulista foi intitulada como a “terra dos nordestinos” no Sudeste, em função da grande quantidade de migrantes nordestinos que nela habitaram. Para mais informações, ver: (FONTES, 2017, p. 83).

¹⁵ “Seu” Dilson Ferreira Celestino. Aldeia Boqueirão, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 26/01/2019.

Paulo. Em um dia de lazer, num jogo de futebol, o entrevistado conquistou amizades e formou o que denominou como “ambiente”, condições primordiais para conseguir uma vaga como operário em uma indústria de plásticos, conforme afirmou:

Aí fui embora para São Paulo, quando eu cheguei lá, passei um mês e meio desempregado, comecei a soltar currículo, para aqui, para acolá, e tal e tal. Na época eu era bom de futebol, fiz teste em um time de futebol, o dono desse time era encarregado numa empresa lá, numa indústria plástica. O pessoal gostaram e eu já formei um ambiente. Aí disseram: “você está trabalhando?”. Eu disse: “não, só tem currículo”. “Você tem experiência de trabalho?”. “Não, minha carteira é branca”. “Você quer ir trabalhar? A empresa não tá pegando não, eu falar com a gerente, vou te levar para lá, você topa?”. Eu digo: “vou!”. Olha, a gente sai daqui para ir pra fora é para ir trabalhar, né?! Falou com a gerente - a dona Rene, gerente da empresa - ele era encarregado há muito tempo lá, era de confiança. Trabalhei três anos e meio na indústria plástica, minha primeira experiência com carteira registrada.

A baixa remuneração, utilizada para pagar aluguel e ajudar os pais que permaneceram em Palmeira dos Índios; a impossibilidade de continuar estudando e a elevada jornada na indústria plástica motivaram “Seu” Dilson a procurar outro trabalho que desse condições melhores de atuar profissionalmente e ter, também, tempo para outras atividades necessárias. Foi sob a influência de um cunhado que atuava como torneiro mecânico CNC (Controle Numérico Computadorizado), cargo de confiança em uma indústria automobilística, que “Seu” Dilson submeteu-se a vários testes para admissão como operário no ramo metalúrgico:

Meu cunhado trabalhava em uma metalúrgica, em uma multinacional que fazia rodas de automóveis para todas as montadoras, rodas de alumínio, lá em Itaquaquecetuba, tinha duas empresas que eram a mesma, uma fazia rodas de automóveis de aço, em Guarulhos e a outra, em Itaquaquecetuba. Aí, na época, a empresa tava pegando gente. Essa multinacional, que era uma metalúrgica, me chamou, pegou o meu currículo, com a representatividade do meu cunhado, que já tinha sete anos e tanto, ele era um torneiro mecânico de torno CNC, que é uma máquina moderna, que você só digitaliza e ela é quem faz o processo. Era um camarada de confiança na empresa. E lá, na época, as empresas tinham uma série de coisas, uns detalhes lá para a pessoa se engajar tem um bocado de detalhes, experiência de trabalho, grau de escolaridade, e assim vai, muita coisa lá, e eu tinha isso, e tava com três anos e meio. Aí eles disseram: “vamos fazer uma entrevista com você, vamos fazer um teste seletivo com você.” Quando foi no final ele disse: “você está aprovado”.

Melhor remunerado e recebendo benefícios sociais, como auxílio transporte; convênio médico; auxílio alimentação e capacitação profissional continuada, o entrevistado

trabalhou como operário na Indústria Automobilística Borlem, em Itaquaquecetuba, por mais de cinco anos. Após a venda da empresa para acionistas majoritários, a gestão industrial decidiu demitir todos os funcionários e fazer novas contratações, desse modo, o indígena encerrou as atividades de trabalho na Borlem:

Nessa empresa eu passei cinco anos e meio, aí veio uns acionistas, comprou ela completa, aí mandou todo mundo ir embora, pagou todos os seus direitos. Essa ficava lá em Itaquaquecetuba, aí, nessa época eu vim para Palmeira, dei entrada no seguro desemprego e vim embora pra Palmeira, passar uns três meses em casa: “quando tiver próximo de terminar o seguro desemprego eu volto pra lá!”.

Findado o período de seguro desemprego, “Seu” Dilson retornou à capital paulista na esperança de conseguir novo emprego em linhas de produção, pela experiência obtida em indústrias diversas:

Quando cheguei lá, joguei currículo e as empresas começou a me chamar, a carteira tava bem esquentada, três anos e meio em uma, mais cinco anos e pouco na multinacional. Fui lá, fiz vários cursozinhos lá dentro, de atualização da empresa, aí minha experiência já foi melhor, aí entrei em outra metalúrgica lá, chamada “Tekaum”, fazia as instalações de motor de carro, era um trabalho diferente, mas, pela experiência que eu já tinha, eu entrei direto, passei 3 meses de experiência, com quase 3 meses me registraram, foi assim. Lá na multinacional eu aprendi a fazer serviço de todas as máquinas que existia, eu fui obrigado a aprender a trabalhar em todas elas, e o controle de qualidade no meu setor era eu, você tinha que saber o que tava fazendo, e saí aprovado dali, a parte do controle de qualidade aprovava o seu serviço e ia para as montadoras, não podia sair nada com defeito nenhum.

As experiências industriais acumuladas somadas a uma carteira de trabalho com vários registros longevos ou, nas palavras do entrevistado, “bem esquentada”, contribuíram para a permanência do indígena em trabalhos que requeriam responsabilidade e confiança, já que as indústrias exigiam perícia operacional em todas as máquinas disponíveis na linha de produção, como forma de exercer domínio sobre os empregados, a fim de explorar a mão de obra e evitar paralisação por falta de pessoal.

O sentimento de pertença indígena e a relação mantida com familiares que permaneciam em Palmeira dos Índios faziam com que o entrevistado retornasse à Aldeia Fazenda Canto periodicamente, geralmente, nos períodos de férias. O retorno definitivo para a área indígena aconteceu após trabalhar durante um ano como operário no controle de qualidade em uma indústria automobilística, motivado pelo trágico e precoce falecimento do pai.

Embora morasse de aluguel e não tivesse tempo para atividades de lazer, a rede de relações construída em indústrias na Zona Leste de São Paulo e as experiências como operário fizeram “Seu” Dilson descrever a capital paulista como terra da promessa e das oportunidades, orgulhando-se por ser profundo conhecedor da cartografia paulistana, sobretudo, por também ter sido entregador de mercadorias naquele grande centro urbano: “eu sinto saudade de lá porque eu deixei muitos amigos bons. Eu tenho amigos lá que é o mesmo que ser irmão. Eu tenho boas lembranças de lá. Tenho bons amigos, graças a Deus! Eu conheço melhor São Paulo do que Maceió! Se eu chegar em São Paulo não me perco em canto nenhum!”.

Apesar de muitos Xukuru-Kariri terem se deslocado para empregos como torneiros mecânicos, operários e encarregados em indústrias automobilísticas no Sudeste, as atividades migratórias também despontavam por outros caminhos, sempre exigindo dos migrantes indígenas, disponibilidade para jornadas de trabalho exaustivas. As viagens entre o “Sul” (Zona da Mata) de Alagoas e o Sudeste do país ocorriam com frequência e, em muitos casos, não restavam escolhas para os indígenas, a não ser, enveredarem pelos mundos do trabalho sudestinos.

Assim como o senhor Dilson, outros indígenas que saíram da Aldeia Fazenda Canto também trabalharam entregando mercadorias no Sudeste. Foi o que ocorreu com Wellington Silva (Jacó), indígena que migrou com a irmã para o Rio de Janeiro antes mesmo de completar a maior idade. As primeiras formas de “ganhar a vida” no Rio foram bicos que o entrevistado fazia na construção civil, como servente de pedreiro ou ajudante de serviços gerais, quase sempre em exaustivas empreitadas de trabalho. Após alguns meses de permanência em território carioca, Jacó conseguiu emprego na Cervejaria AMBEV, sendo lotado no setor de cargas e distribuições:

No Rio de Janeiro eu fui três vezes, a primeira vez eu fui com a minha irmã, a gente era menor, aí fui com a minha irmã, a minha irmã ficou, eu vim embora, devido alguns problemas familiares entre pai e mãe, problemas conjugais, não deu certo na época, aí eu tive que ir pra lá, em busca de emprego, a gente menor mas com intenção de trabalhar, eu voltei devido alguns problemas familiares. Eu já fui servente de pedreiro, já trabalhei na AMBEV no Rio de Janeiro, devido à falta de emprego¹⁶.

A viagem de ônibus para o Rio de Janeiro com “condições muito poucas”, representava o sonho de uma vida melhor, distante da exploração na construção civil na

¹⁶ Wellington Silva de Oliveira, “Jacó”, 37 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 29/12/2018.

zona urbana de Palmeira dos Índios e em outras atividades consideradas exploratórias, como o corte de cana de açúcar, por exemplo. A chegada de Jacó na metrópole carioca não aconteceu por acaso, foi intermediada por amigos que já trabalhavam em fábricas de bebidas e alimentos:

Conhecimento de amigos, depois que chegava lá, começava a conversar com o pessoal: “olha o pessoal do Nordeste é um pessoal trabalhador, tá aqui, tá com intenção de trabalhar”. E por aí as empresas desses lugares fora, tipo, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, etc., eles sabem que o pessoal nordestino tem garra no trabalho, a gente tem um ponto positivo nessa parte.

Migrado com a alcunha de “pessoal trabalhador” por ser nordestino, região que alimentou a necessidade de mão de obra sudestina por dezenas de anos, o indígena “se virava como podia”, morando em lugares insalubres e vivendo sob a total influência do trabalho. Além das precárias moradias, Jacó trocava os poucos tempos de descanso por atividades extras na AMBEV, com a finalidade de juntar pequenas quantias de dinheiro e enviar aos familiares, que permaneciam na Aldeia Fazenda Canto:



Sim, conseguia juntar sim por conta que a família ficava aqui, aí você não tinha aquele gasto que se a família... É os mesmos gastos que você tivesse trabalhando aqui, gastava aqui, mas como a família ficava aqui e eu tava lá só, o meu gasto era muito pouco devido o tempo das cargas horárias, aí, eu conseguia sim, juntar dinheiro e todo mês mandava dinheiro.

Após alguns meses na cidade do Rio de Janeiro, Jacó retornou à Aldeia Fazenda Canto. Ao afirmar ser índio Xukuru-Kariri e nordestino, foi perseguido por colegas de trabalho e acusado de furto, todavia, conseguiu provar ser inverdade o preconceituoso método de acusação para o não pagamento de rescisão e demais direitos trabalhistas em vigência durante o período de trabalho exercido pelo entrevistado. O uso de meios arbitrários para demitir injustamente o trabalhador indígena não foi um acontecimento isolado, tornou-se prática reiterada entre outros migrantes que contribuíram com as pesquisas.

Além dos retornos por saudades de familiares e amigos, muitos indígenas faziam o caminho inverso para entrar em contato com os Encantados em espaços sagrados, tais como o Ouricuri¹⁷, reuniões que também funcionavam como meios de fortalecimento

¹⁷ Para os Xukuru-Kariri, o Ouricuri é um ritual sagrado praticado em um terreiro reservado nos interiores das matas, expressão sociocultural e política restrita aos não-índios. Ver: (PEIXOTO, 2013, p. 24); (SILVA, 2017, p. 56); (FERREIRA, 2020, p. 102-103).

identitário e articulação de mobilizações para o reestabelecimento de territórios invadidos por fazendeiros e reconhecimento de direitos instituídos pelo Estado brasileiro. Analisando a trajetória particular do indígena Jacó, percebemos que ela também funcionou como um reflexo das difíceis condições de permanência nos territórios indígenas e falta de empatia por parte dos empregadores em outras regiões. Explorar a mão de obra indígena funcionaria como determinante para o aumento financeiro de grupos abastados.

A sazonal produção de panetones, por exemplo, estimulou o indígena Nicácio Ferreira, também da Aldeia Fazenda Canto, a migrar para São Paulo. Criado em uma família sem muitas posses, os pais do entrevistado trabalhavam como “meeiros” para fazendeiros, repassando 50% da colheita para os posseiros como pagamento pelo uso da terra. Durante muitos anos, acordava de madrugada e saía para a labuta no campo em jejum. A extrema rotina de trabalhos braçais somente foi interrompida aos 16 anos de idade, com a difícil decisão de migrar.

No fabrico de panetones, Nicácio exercia a função de auxiliar de produção, trabalhava durante 12 horas, perpassando todo o período noturno, e não tinha folgas. Recebido por um irmão que já morava no Sudeste, Nicácio integrava uma rede de trabalhadores que saíam de Palmeira dos Índios com destino à mesma fábrica. Como tratava-se de uma atividade sazonal, com a queda na produção após os períodos natalino e pascoal, o entrevistado retornava para a Aldeia Fazenda Canto e trabalhava em pequenas roças, até chegar o momento de partir novamente. Sobre as acomodações que recebeu na cidade, afirmou: “Morava em favela, que ninguém ia pagar aluguel. Era na Vila Prudente, que era próximo da fábrica. A minha vida quase toda foi morando em favela, barraco de tábuas, todo precário mesmo, não adianta dizer que tava morando no Alphaville”¹⁸.

A construção imaginária e segregacionista entre a Vila Prudente e o famoso bairro Alphaville, demonstra como as condições de habitação Xukuru-Kariri em São Paulo não eram satisfatórias, aliás, em muitos aspectos, poderiam ser mais desagradáveis que as incertezas de trabalho em Palmeira dos Índios. Durante um longo período, entre 1986 a 2004, morar em barracos e juntar partes dos salários recebidos para remeter aos familiares que permaneciam no Nordeste, fez parte da trajetória do indígena Nicácio Ferreira. Enquanto Dilson Celestino conceituou São Paulo como “terra da promessa”, Nicácio a enxergou como uma metrópole apática e socialmente excludente. São visões socialmente

¹⁸ Nicácio Ferreira da Silva, 51 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 10/01/2019.

distintas de um mesmo movimento trabalhista que se intensificou na década de 1990, com a modernização do parque industrial sudestino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora sejam oriundos de processos históricos complexos, os movimentos migratórios Xukuru-Kariri para o Sudeste do país representam uma sistemática social que imperou no Nordeste, sobretudo durante a segunda metade do século XX, entre diversos grupos sociais. Ser indígena e viver em um contexto urbano por não ter condições favoráveis para permanecer nas aldeias em Palmeira dos Índios era o reflexo do processo de malversação das terras indígenas pelos órgãos indigenistas oficiais, nesse caso, o SPI e a Funai.

Correlacionadas pelo desejo de um futuro promissor no Sudeste, as entrevistas utilizadas ao longo do artigo exemplificaram como as metrópoles foram concebidas, apresentadas e vivenciadas pelos migrantes indígenas, considerando as condições de habitação, trabalho, dentre outras. O Término das atividades sazonais, independentemente dos motivos, resultava no retorno dos migrantes às aldeias, sempre relacionado ao sentimento de pertença aos locais de origem. Saudades de familiares, lembranças nostálgicas da vida na agricultura, desilusão com o mercado de trabalho externo, vontade de viver a partir de atividades próprias e a necessidade das práticas religiosas no Ouricuri foram alguns dos motivos apresentados como legítimos para as viagens de volta.

Se por um lado migrar significava aventurar-se nos mundos do trabalho e, quase sempre, ser submetido à diversos tipos de explorações, por outro, funcionava como fundamento para fortalecer as mobilizações Xukuru-Kariri pela retomada de territórios que lhes foram usurpados por diversos atores, dentre eles, o poder público municipal e o Estado nacional. A formação da Aldeia Mata da Cafurna em 1979, por exemplo, foi o estopim para a reconquista de outros territórios historicamente invadidos e legitimamente reivindicados. (NEVES, 2019, p. 37-40).

A ocupação dos vales e planícies circunvizinhas ao centro urbano de Palmeira dos Índios não aconteceu aleatoriamente. Reivindicar territórios que legalmente foram doados pelo Governo Imperial em 1822, bem como, tendo como pressuposto a participação de indígenas Xukuru-Kariri na Revolução Pernambucana, em 1817, e na Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870, se transformou em uma mobilização vultosa, sempre amparada nas memórias (HALBWACHS, 2003) sobre os movimentos migratórios, mobilizações

fortalecidas após 1988, com a promulgação da Constituição Federal, cujo texto garantiu a posse às terras dos antigos aldeamentos por grupos indígenas emergentes e reconhecidos.

No caso dos Xukuru-Kariri, distante dos estereótipos de “flagelados da seca”, “errantes” e “retirantes”, migrar significou a formação de alianças pelo fortalecimento identitário e conquista de direitos que impactaram positivamente no desenvolvimento das aldeias, como a ampliação das áreas agricultáveis e qualificação profissional, coletivamente utilizadas como formas de evitar o deslocamento de novos indígenas para os mundos do trabalho fora de Alagoas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ANTUNES, Clóvis. **Wakona-Kariri-Xukuru**: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas. Maceió: Imprensa Universitária, 1973.

CHAVES, Maria de Fátima Guedes. Mulheres que migram solteiras: aspectos da migração interna feminina no Brasil, 1981/1991. In: BAENINGER, Rosana; BRAGA, Antonio da Costa; TEIXEIRA, Paulo Eduardo (Orgs.). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 147-163.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena**: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

D'INCAO, Maria Conceição. **O “bóia-fria”**: acumulação e miséria. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.

DORNELLES, Soraia Sales. **A questão indígena e o Império**: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios**: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos Postos Indígenas em Alagoas (1940-1967). Maceió: Editora Olyver, 2020.

FERREIRA, Janete Aparecida. **Migrante sazonal**: o eterno ausente. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

FONTES, Paulo. “Terra dos nordestinos”: história oral e experiências de migrantes em São Miguel Paulista na década de 1950. In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. (Org.). **História oral e migrações**: método, memória, experiências. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 83-104.

- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os caminhos da aldeia: índios Xukuru-Kariri em diferentes contextos situacionais**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.
- MITCHELL, J. Clyde. A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: EDUNESP, 2010, p. 365-436.
- MONTEIRO, John. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto. (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 237-249.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil Meridional: séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuela Carneira da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 475-498.
- MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e de indigenismo**. Tese (Livre-Docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- MURA, Cláudia. **“Todo mistério tem dono”**: ritual, política e tradição de conhecimento entre os Pankararu. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.
- MUSSI, Vanderléia Paes Leite. **Questões indígenas em contextos urbanos: outros olhares, novas perspectivas em semoventes fronteiras**. São Leopoldo: História Unisinos, vol. 15, nº02, 2011, p. 206-215.
- NEVES, Mary Hellen Lima das. **Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. In: **Travessia: revista do migrante**. São Paulo. V. 1, n. 24, p. 5-9, 1996.
- PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- PERES, Sidnei. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67). In: OLIVEIRA, João Pacheco de Oliveira (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, p. 41-90.
- ROCHA, Adauto Santos da. “Pro giro do sul”: indígenas Xukuru-Kariri trabalhando na lavoura canavieira em Alagoas (1952-1990). In: **História Oral**. Rio de Janeiro. V. 23, n. 2, p. 91-111, jul.-dez. de 2020a. Disponível em:

<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1047/pdf>. Acesso em 02 set. 2021.

ROCHA, Adauto Santos da. **Xukuru-Kariri: migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990)**. Maceió: Editora Olyver, 2020b.

SANTANA, Maiara Damasceno da Silva. **Os Kariri-Xocó na Sementeira: processos nativos de aprendizagem e perspectiva corporal**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950 – 1988**. Recife: EdUFPE, 2017.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano**. Maceió: EdUFAL, 2013.

TORRES, Luiz B. **Os índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios**. Palmeira dos Índios: Indusgraf Indiana, 1974.



RECEBIDO EM: 08/09/2021
PARECER DADO EM: 24/11/2021

www.revistafenix.pro.br